

Maluf defende uma nova técnica de renegociação da dívida externa do País

por Cláudio Kuck
de Brasília

Eleito presidente da República, Paulo Maluf, do PDS, iria pessoalmente, logo após tomar posse, "pechinchar" o pagamento dos juros da dívida pelo valor secundário dos títulos, "que chegam a apenas 28% do valor primário". Ele não mandaria o ministro da Fazenda falar com os banqueiros, "para evitar a humilhação sofrida por Mailson da Nóbrega nos contatos com John Reed, do Citibank, exigiria do presidente norte-americano um tratamento especial e só começaria a pagar quando isso fosse conseguido". Para Maluf, isso não seria tecnicamente uma moratória, "mas digamos apenas que uma técnica de renegociação".

O candidato do PDS abriu ontem na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, o ciclo de debates "Brasil: Eleja seu programa!", em que dez candidatos à Presidência terão oportunidade de apresentar um plano de governo, em discussão com economistas, professores e jornalistas. Maluf falou quatro horas e defendeu ainda a nomeação de um presidente do Banco Central com independência do Executivo, a possibilidade dos brasileiros de fazer depósitos em moedas estrangeiras nos bancos do País, para evitar a evasão de divisas, além de propor a venda de estatais, a redução para a metade dos prazos de reserva de mercado para informática e dizer que não vacilaria em desapropriar terras improdutivas para fazer uma reforma agrária.

Quanto aos subsídios, Paulo Maluf reconheceu que seria muito difícil acabar com aqueles que beneficiam os projetos da Sudam e da Sudene bem como cobrar ICM ou IPI nas exportações, "coisa que nenhum país do mundo faz". Ele defendeu, entretanto, critérios econômicos e não políticos na questão. Maluf quer o aumento dos investimentos estrangeiros no

País, mas para o setor bancário ele se diz nacionalista, querendo que sejam mantidas apenas as patentes a bancos estrangeiros "concedidas há muito tempo atrás".

Depois de apoiar a manutenção do Proálcool como um programa importante, ele criticou os outros presidencializáveis, "que vão tomar champagne em Paris; ou jantar por 200 dólares em Nova York", esquecendo-se de, como eu, visitar a Bolívia para ver a experiência de um país que reduziu a inflação de 26.000% ao ano para 6%". Maluf disse que gostaria de repetir a experiência boliviana no Brasil, fazendo cortes drásticos no funcionalismo e no déficit público, "prejudicando uma minoria em benefício da maioria da população".

O candidato do PDS defendeu o atrelamento do Brasil ao comércio internacional com a Comunidade Econômica Européia e ao bloco asiático, achando difícil a integração com a América Latina, "porque as desigualdades são muitas e acabaríamos credores de bilhões de dólares que os outros países do continente não teriam condições de nos pagar".

Ele acha que a grande vocação do Nordeste é o turismo, "mas antes é preciso saber quem manda no Brasil, se o governo ou a Varig".

Criticou a resistência da empresa aos vãos charters, que possibilitariam a queda de tarifas e o incremento do turismo europeu e norte-americano, "com o Nordeste vendendo seu sol e praias, podendo arrecadar até US\$ 10 bilhões em turismo, ao mesmo tempo que os brasileiros, em vez de jogar nos cassinos de Aruba, arriscariam seu dinheiro com o jogo livre em Fernando de Noronha".

Paulo Maluf iria promover uma auditoria "não policial" na dívida externa, sendo que seu presidente do Banco Central ideal seria o banqueiro Amador Aguiar, "se ele em vez de 85 anos tivesse 60".